

CLARISSA LAPOLLA  
BOMFIM ANDRADE

# *A GAZETA MUSICAL*

POSITIVISMO E MISSÃO  
CIVILIZADORA NOS PRIMEIROS  
ANOS DA REPÚBLICA NO BRASIL



editora  
unesp

# SUMÁRIO

Introdução 11

- 1 *A Gazeta Musical* (1891-1893) 25
- 2 Positivismo e posturas estéticas no meio musical fluminense 109
- 3 Positivismo e institucionalização da música na primeira década da República 183

Conclusão 235

Referências bibliográficas 239

Anexo 1 – Eduardo de Borja Reis 243

Anexo 2 – Antonio Frederico Cardoso  
de Menezes 245

Anexo 3 – Oscar Guanabara 249

Anexo 4 – Trechos de Folhetos publicados  
pela Igreja Positivista do Rio de Janeiro 253

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar os textos contidos no periódico *Gazeta Musical*, demonstrando como o positivismo com-tiano constituiu um elemento norteador das ideias de civilização e nacionalismo na formação do pensamento musical brasileiro nos primeiros anos da República.

O periódico – cuja coleção completa de exemplares, doada em 1902,<sup>1</sup> encontra-se na Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro – foi publicado por três anos consecutivos, de 1891 a 1893. Relevantes trabalhos musicológicos lançaram mão dele, como Corrêa de Azevedo (1956), Cristina Magaldi (1994) e Maria Alice Volpe (2010), além de constar do Projeto RIPM-Brazil (2007), coordenado por Maria Alice Volpe e ao qual esta pesquisa se encontra vinculada.

A análise dos textos da *Gazeta Musical* leva-nos a uma melhor compreensão dos objetivos que uma elite de artistas e intelectuais republicanos tinham em mente para a renovação do meio musical, quando assumiram o poder, em 1890.

---

1 A página da dedicatória contém uma assinatura e um carimbo com o nome “D. de Carvalho” (Delgado de Carvalho) e a inscrição “Ao Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro/ Rio, novembro de 1902”.

Em nosso estudo, verificamos que a história do distanciamento entre a prática musical erudita e a popular no Brasil foi incentivada, no início da era republicana, por um projeto de música que assimilou padrões estéticos, políticos e morais da França após a guerra franco-prussiana de 1870, adaptados no Brasil pelos republicanos da linha positivista comtiana.

A análise dos artigos do periódico seguiu, neste trabalho, o referencial conceitual formulado por Volpe (2001) para a definição das ideias que nortearam o meio musical fluminense entre 1870 e 1930. O quadro interpretativo proposto por ela, desenvolvido em estudos posteriores (2008; 2009; 2011; 2012), foi fundamental para a análise e a compreensão dos textos da *Gazeta Musical*.

Volpe propõe, ainda, o redimensionamento conceitual do nacionalismo musical brasileiro pelo reconhecimento de outros parâmetros de construção de identidade nacional, indo além do uso do folclore comumente aceito pela historiografia musical para demonstrar o papel ideológico fundamental do indianismo, vinculado ao mito de fundação nacional. Também a questão da miscigenação e a descrição da paisagem local, na recepção coeva das obras musicais associadas a esses dois parâmetros, são contempladas por ela.

Volpe (2001) defende que os principais símbolos de identidade nacional do período imperial – o indianismo e a paisagem – somente vingaram devido ao fracasso do regime republicano em criar seus próprios símbolos. Esse insucesso na música é corroborado por ela em estudo posterior (2012), que aborda a crítica musical da época e analisa o testemunho de Coelho Neto (1864-1934), um dos principais membros do Centro Artístico fundado por intelectuais e artistas republicanos e wagnerianos durante a Primeira República, que pregava um ideal cosmopolita de civilização e progresso norteados pelas teorias científicas. Tal “cientificismo” sofreu discussões polarizadas no âmbito do pensamento moderno da Escola do Recife, chamada de “Geração de 1870”, no que tange ao evolucionismo, ao determinismo (racial, geográfico e histórico), ao positivismo, à psicologia social, à crítica literária e ao conceito de identidade nacional,

o que teria impactado substancialmente a historiografia musical brasileira. Ainda segundo Volpe,<sup>2</sup> a renovação estético-pedagógica da instituição oficial de ensino musical, a ampliação do repertório sinfônico (de compositores franceses, alemães, russos e brasileiros) e a adesão à “música do futuro” e ao wagnerismo como tentativa de afirmação simbólica do novo regime político (republicano) evidenciavam a busca de uma dissociação da simbologia daquele que haviam deposto (monarca). Daí, portanto, o surgimento de uma *intelligentsia* musical brasileira que assumiu uma função educativa, atribuindo-se a missão de civilizar o país com uma contribuição patriótica – a despeito da disseminação da cultura alemã e do wagnerismo no Brasil ter se dado predominantemente por intermédio da França (Volpe, 1994/1995; 2001).

O conceito de moderno vinculado ao wagnerismo e à “música do futuro” na crítica musical periódica discutido pela autora (2001 e 2009) considera as atuais categorias historiográficas que distinguem “moderno” de “modernismo” e de “modernista”, levando em consideração a terminologia dos escritos literários associados à Geração de 1870 e suas sucessivas reformulações até o movimento da Semana de Arte Moderna de 1922.

No presente trabalho, a metodologia adotada buscou uma sistematização de indicadores que pudessem ser associados à corrente positivista comtiana nos textos da *Gazeta Musical*, sendo esses indicadores expressos na defesa de determinadas ideias e na utilização de certa terminologia. Buscou-se ainda a identificação de ideias adequadas às especificidades do caso brasileiro ou do meio musical fluminense da época.

---

2 A influência das teorias científicas, ou do “cientificismo”, na historiografia musical brasileira foi proposta e discutida amplamente por Volpe (2001, cap. 1). Sobre a relação entre as teorias evolucionistas e o pensamento musical brasileiro, ver Volpe (2001, p.15, 96, 110 e 150; 2008; 2009, p.32; e 2011). A influência do pensamento moderno da Escola do Recife e de sua crítica literária moderna na historiografia musical brasileira também foi apontada por ela (2001, p.21, 31-2, 165; 2008; e 2011). Ver, ainda, para o conceito de “moderno” vinculado ao wagnerismo e à “música do futuro” na crítica musical periódica, 2001, p.79 e 82; e 2009.

A confrontação das traduções de artigos estrangeiros contidos nesse periódico com os textos escritos por autores brasileiros atuantes no meio musical daquele período revela-nos que não havia a intenção de meramente imitar ou copiar os modelos europeus sem uma avaliação crítica dos mesmos. A necessidade de adaptação das ideias estrangeiras às condições sociais, históricas e climáticas de nosso país é sempre frisada em diversos artigos de autores nacionais na *Gazeta Musical*. Essa necessidade de adaptação pode ser uma das causas de a *Gazeta Musical* publicar artigos estrangeiros que forneciam opiniões diversas a respeito de um mesmo assunto, incitando o leitor a avaliá-lo de forma crítica. Por isso, apesar de defender o wagnerismo em grande parte de seus artigos, a *Gazeta Musical* publicou textos que contestavam a corrente wagneriana, dando espaço, por exemplo, a uma severa crítica que o colunista conhecido como “B. R.” fez à desvalorização dos elementos da música popular brasileira pelos próprios brasileiros, na qual afirma que era mais importante “ser brasileiro antes de ser wagneriano e alemão” (*GM*, 1892, n.14, p.212).

Nos textos da *Gazeta Musical* verificamos a importância que se atribuía aos periódicos no século XIX: eles ajudavam a “delimitar identidades culturais e políticas”, representando uma “força ativa, não mero registro de acontecimentos” (Morel e Barros, 2003, p.8-9). A opinião pública, elemento imprescindível para o desenvolvimento das nações, deveria ser formada por duas vias principais: a educação e os periódicos (Ibid., p.28). Nesse sentido, os textos da *Gazeta Musical* oferecem a oportunidade de observarmos as estreitas relações entre a prática musical e os direcionamentos políticos da época, assim como a importância que seus autores davam a esse periódico enquanto um veículo de propagação de suas ideias, com a finalidade de “educar e melhorar o gosto musical do povo brasileiro”.

A corrente positivista comtiana trouxe um preceito moral que se unia ao cívico como um dos fatores que contribuiu para a valorização da “música como arte elevada” e da “música autenticamente nacional”, levando à recriminação da “música de entretenimento”, conforme explicaremos neste trabalho.

Os textos da *Gazeta Musical* tornam imperativa uma reflexão sobre o que tem sido delimitado como música erudita e popular.

Augusto (2008, p.5-8) afirma que o intercâmbio entre os universos da música popular e erudita ocorreu com frequência durante o período monárquico, pois muitos compositores e músicos da área popular daquele período tinham sólida formação erudita. Defende, ainda, a hipótese de que tal intercâmbio não era bem-visto pela elite republicana que assumira a direção do Instituto Nacional de Música.

Sobre as implicações de tal hipótese, é preciso fazer uma distinção entre os diversos gêneros musicais que comporiam a categoria “popular” nas categorias de “música autêntica” (popular brasileira) e “música de entretenimento” (popularesca). Alguns textos da *Gazeta Musical* demonstram simpatia por manifestações da música popular urbana, como as modinhas e as serestas, e uma total aversão às operetas e às mágicas. Ainda no último capítulo deste trabalho, abordaremos os valores morais do positivismo comtiano unidos a seus preceitos estéticos como um dos principais motivos que originaram os parâmetros de julgamento definidores do “mau” e do “bom” gosto. Tais parâmetros eram os alicerces da “missão civilizadora” do país, da qual se encarregaram os republicanos positivistas no poder.

Gêneros populares como as operetas e as mágicas tinham função recreativa, de lazer, de crítica a costumes, sendo portanto vistos como gênero musical “menor” pela elite musical republicana fluminense, que os julgavam, inclusive, perniciosos à moral e à formação de um gosto artístico mais refinado entre o povo brasileiro. Na *Gazeta Musical* encontramos textos que consideram o gosto musical do povo “pervertido” pela “exibição de peças sem valor”, incluídas aí a opereta e a mágica, “obrigada a jongos e rebolados de ancas [...] que prejudicaram de tal forma o sentimento estético do público fluminense que muito difficilmente conseguiremos encarreirá-lo de novo” (GM, 1892, p.283, artigo assinado por B.R.).

Em suas páginas, a *Gazeta Musical* condenou sempre os gêneros descritos acima e também as músicas tocadas em sociedades de dança, poupando, porém, outros gêneros populares urbanos